



MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.065 DE 31 DE AGOSTO DE 2021

(Do Sr. CORONEL TADEU)

Dispõe sobre a exploração do serviço de transporte ferroviário, o trânsito e o transporte ferroviários e as atividades desempenhadas pelas administradoras ferroviárias e pelos operadores ferroviários independentes, institui o Programa de Autorizações Ferroviárias, e dá outras providências.



CD/21120.22752-00

EMENDA ADITIVA

Art. 1º. A MP n.º 1.065, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“CAPÍTULO IV

DAS FERROVIAS EXPLORADAS POR CONCESSÃO OU PERMISSÃO

[...]

Seção IV

Do equilíbrio das outorgas em regime público

Art. 21-A. É garantida às administradoras ferroviárias que prestem serviços de transporte ferroviário em regime público a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos seus respectivos contratos.

Art. 21-B. As administradoras ferroviárias que atuem em regime público poderão requerer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme os termos do contrato, quando provar o desequilíbrio decorrente da outorga de autorização ou de novas concessões ou permissões.

Parágrafo único. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de que trata o caput poderá ocorrer, nos termos da legislação e do contrato, por:

I - redução do valor de outorga;



CÂMARA DOS DEPUTAS

GABINETE DO DEPUTADO CORONEL TADEU – PSL/SP

II - aumento do teto tarifário;

III - supressão da obrigação de investimentos;

IV - adaptação do contrato;

V - ampliação de prazo; e

VI -indenização.

[...]

CAPÍTULO VI

DA ADAPTAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA AUTORIZAÇÃO

Art. 35. (revogado)

Art. 36. O valor eventualmente devido ao poder concedente em decorrência da adaptação de contrato de concessão para autorização, mantidas as obrigações financeiras da concessionária perante a União, poderá ser convertido em investimento em malhas de interesse da administração pública, conforme diretrizes do Ministério da Infraestrutura.

Parágrafo único. Eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro promovida nos termos do caput e do parágrafo único do art. 23 deverá ser considerada no cálculo do valor de que trata o caput, na hipótese de a concessionária ferroviária federal solicitar posteriormente a adaptação do contrato de concessão para autorização”.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo alterar, na Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021, a previsão sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.



CD/21120.22752-00



CÂMARA DOS DEPUTAS

GABINETE DO DEPUTADO CORONEL TADEU – PSL/SP

Os atuais artigos 35 e 36 da Medida Provisória se encontram localizados no Capítulo VI – “Da adaptação do Contrato de Concessão para Autorização”, o que limita o seu âmbito de aplicação, de modo a apenas assegurarem o direito ao reequilíbrio às concessões impactadas por autorização decorrente da adaptação de contrato de concessão.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não deve, contudo, ser limitada, em qualquer medida, à adaptação do contrato de concessão. Afinal, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato é garantia que decorre da própria Constituição Federal. Os empreendimentos outorgados sob o regime de direito público devem ter sua viabilidade econômica preservada irrestritamente, sob pena de frustrar os interesses perseguidos pela própria União por meio das respectivas outorgas.

Como o atual artigo 35 trata da única disposição relacionada ao reequilíbrio das concessões vigentes, propõe-se que: (i) seja deslocada do Capítulo VI para o Capítulo IV – “Das ferrovias exploradas por concessão ou permissão”, a partir da criação de uma nova Seção, específica para tratar do equilíbrio das outorgas em regime público de modo a estender seu âmbito de aplicação; e (ii) seja adaptada para contemplar redação mais abrangente, que assegure, de forma ampla, o direito constitucional ao reequilíbrio sempre que, observada a matriz de riscos em cada caso, a outorga de novos empreendimentos ferroviários possa impactar as outorgas, em regime público, em andamento.

Com isso, busca-se maior clareza sobre a garantia ao equilíbrio econômico-financeiro das concessões vigentes como uma diretriz que deve ser observada na outorga de autorizações para exploração de infraestrutura ferroviária.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado
CORONEL TADEU
Relator



CD/21120.22752-00